

4. Desenvolvimento Transescalar do Espaço da Cidade de Nova Friburgo: o desenvolvimento de cluster

Neste Capítulo temos como objetivo reencontrarmos o presente já descrito, retomando as modificações que a estrutura nos apresenta, ou seja, a fase regressiva – progressiva do processo de pesquisa lefebvreano. Trata-se do momento que buscamos a gênese da formação das estruturas, apontando um marco geral de transformação, sem perder de vista, o processo conjunto. Desejamos investigar o movimento do espaço da cidade em sua atualidade, entendendo o espaço como meio, produto e condição da reprodução das relações de produção, e conseqüentemente, da vida cotidiana.

Para isso faremos uma análise crítica do modelo de desenvolvimento local. Isso ajudará no entendimento da realidade empírica da cidade revelando a complexidade de seu cotidiano em sua atualidade, pois consideramos o modelo de Arranjo Produtivo Local como principal política pública estabelecida pelo Governo Federal nos últimos 20 anos para a cidade de Nova Friburgo. Assim, pretendemos relacionar este modelo à forma de produção do espaço e propondo um entendimento aberto para a busca de uma transformação das formas de produção e reprodução da sociedade.

Além disso, pretendemos nesse segmento da pesquisa realizar uma previsão futura para o município. Não pretendemos fazer nenhuma forma de planejamento estratégico, porém uma análise crítica, sugerindo outras formas de ocupação e uso dos recursos municipais em que tenhamos como preocupação principal as diversas sustentabilidades que podem ser desenvolvidas juntamente com o cotidiano e, conseqüentemente, as experiências vividas dos indivíduos da cidade.

4.1. A mundialização da modernidade e da modernização e seus impactos nos lugares

Ao subirmos a serra pela RJ-116, estrada que liga Nova Friburgo à região metropolitana do Rio de Janeiro, observamos múltiplas paisagens: tradição e modernidade. Signos e símbolos que são apropriados para agregar valor à

mercadoria, as paisagens, o bucólico, as montanhas, a floresta, as cachoeiras, a qualidade do ar, a venda da cidade, o sensual e o erótico visto nas propagandas de mulheres vendendo seu corpo, as casas típicas dos colonizadores alemães e austríacos, a tranquilidade da vida, entre vários outros elementos adquirem valor de troca e tornam-se mercadoria nas mãos daqueles que controlam o capital. Pretendemos também neste capítulo relacionar esses elementos com a justificativa para a criação de um imaginário em que se legitima a implementação de um arranjo produtivo local.

A modernidade tem em sua essência a questão da mundialização, que é em si, econômica, política e cultural. Após a crise de capitalista de viés keynesianista, vimos as teorias de desenvolvimento local tomarem conta do cenário científico. Elas trazem consigo o discurso da comunidade, dos talentos humanos, das relações de reciprocidade, cooperação, sustentabilidade, governança local, como alguns dos fatores que trariam o desenvolvimento. Segundo Brandão (2007, p.46) as abordagens mais populares contemporaneamente (localistas) têm abandonado a perspectiva crítica da sociedade, retornando ao conceito de comunidade, construída por atores e agentes, e não classes sociais, que compartilhariam suas ações pelos valores da auto-identidade e do pertencimento de comunas, mais do que pelo interesse de classes.

Há assim um desenvolvimento do processo decorrente da Constituição de 1988, quando o Brasil tentava se adaptar aos modelos internacionais e modernos de políticas públicas e planejamento urbano. Com a Constituição haveria maior possibilidade de interação entre as escalas locais e globais, o que acarretou em uma maior liberdade para que os municípios competissem no mercado internacional, argumentos fundados nos que apostam nas identidades locais, no patriotismo e no regionalismo como fontes do desenvolvimento, assim como constatamos nas seguintes passagens do professor Vainer (2001, p.142):

Engajar as cidades e os lugares na competição global, eis as diretrizes, ou palavras-de-ordem-escalares-político-escalares, lançadas por esta corrente. [...].

Em outros termos, o governo local teria a extraordinária capacidade de cumprir de maneira vantajosa as tradicionais funções que sempre foram as dos estados nacionais, quais sejam, a função de acumulação e a função de legitimação.

Neste contexto observamos uma “corrida” para que os lugares se encaixem com maior eficiência nos padrões internacionais da economia neoliberal. Esta corrente vem tomando força desde os choques de petróleo e torna-se evidente com a crise dos Estados de *Welfare State* (os Estados de Bem Estar Social). Neste contexto nos lembra Brandão (2003, p.1):

[...] “o local pode tudo” e frente à crescente “sensibilidade do capital as variações o lugar”, bastaria se mostrar diferente e “especial”, propagando as suas vantagens comparativas de competitividade e eficiência, para ter garantida a sua inserção na modernidade. Essa luta dos lugares para realizar a maior “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade e novos investimentos, melhorando o “clima do local dos negócios”, substituindo os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um importante comprometimento a longo prazo das finanças locais e negligenciado cabalmente as questões estruturais do país e de toda a sua região.

Em Nova Friburgo, especificamente, foi adotada uma política de Estado, fundada na identidade local (industrial), na potencialidade que foi atribuída àquela região. A cidade se torna um arranjo produtivo local baseado no modelo de desenvolvimento do norte da Itália, em que as cidades se especializaram naquilo que têm por “tradição”, como relógios, roupas de frio, cristais etc. Devido a esta política que vai ao encontro à especialização da cidade na confecção de moda íntima, algumas atividades clássicas da cidade foram deixadas de lado, como a metal-mecânica, indústria de couros, entre outras atividades, inclusive algumas das indústrias tradicionais da cidade decretaram falência, como a Ypú (indústria de couros) e a Tinken, esta última fornecia o câmbio dos volantes para Volkswagen.

Ao contrário daquilo que havia sido prometido pelos que defendiam o modelo de desenvolvimento local, a cidade cresce em suas contradições. A irregularidade no trabalho aumenta, a cidade se urbaniza mais rápido, e conseqüentemente se intensificam as implicações sociais e ambientais. A cidade enfrenta problemas relacionados à moradia, ao esgotamento sanitário e ao transporte. Brandão (2003) nos mostra como o modelo localista ou sistema produtivo que se organiza em qualquer escala, estará envolvido em um ambiente de articulação oligopólica, sob dominância do capital financeiro e submetido a uma dinâmica intersetorial específica, comandada em última instância por gigantescos blocos de capital e sujeitos à barreiras de entrada nos setores-chave: a

economia de escalas e à substituição de capacidade ociosa. Ou seja, uma nova forma de colonialismo. Esse processo também diminui a atuação de escalas nacionais e regionais, o que foi considerado a quebra dos estados de bem estar social nos países centrais, porém este nunca existiu de forma plena no Brasil, porém a cidade de Nova Friburgo foi historicamente estabelecida com bases industriais fortes, o que faziam com que a cidade possuísse propriedades relativamente parecidas com as cidades industrializadas de seus colonizadores. Este processo gerou o aumento consideravelmente de irregularidades trabalhistas, a terceirização, o trabalho doméstico, em que não há controle das horas de trabalho, a considerável diminuição das atividades sindicais, o aumento da informalidade, deteriorização de sistemas públicos de educação e saúde, entre outros elementos.

O padrão de ocupação que vem ao revés do modelo influenciado pela ciência positivista mascara as mesmas estruturas, as decisões são tomadas nos países centrais, e não nas comunidades locais como predizia as teorias de desenvolvimento local. Brandão (2003) nos mostra um enorme paradoxo subjacente à maioria das formulações teóricas relacionadas ao desenvolvimento local:

“Ou bem o espaço local é um mero nó entrelaçado em uma imensa rede (i.e., um quase anônimo ponto a mais, submisso em um conjunto gigantesco, funcional à determinação instrumental de uma totalidade onipresente), ou bem parece como recorte particular, dotado de vantagens idiossincráticas e únicas, capaz de autopropulsão, identidade e autonomia. Ora o local se apresenta como “entidade do futuro”, a mercê de uma razão instrumental avassaladora, ora se cai no anacronismo de proclamar o ressurgimento de um agrupamento comunitário e solidário, baseado em relações de reciprocidade, em que as relações mercantis foram subordinadas pelo consenso cívico e cidadão, em que parece não haver lugar para conflitos. Ora há estrutura sem sujeito e ora sujeito sem estrutura.” (BRANDÃO, 2003, p. 43).

Grande parte dessas concepções acaba sendo não mais que uma relação de descrição que saúda o fim da centralização, da concentração e creem em uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e pelo localismo. As regiões se transformam em ofertas de plataforma e de “meio ambiente” ameno para atrair investimentos, não importando a sua articulação com outras porções do território do país. Isso envolve geralmente guerras fiscais competitivas entre vários lugares, torneios locacionais que são especialmente

orientados para atrair plantas industriais, grandes empreendimentos e investimentos públicos e privados.

Sendo assim, é percebido que as concepções localistas, alternativas para as concepções mais tradicionais, não quebram com a lógica econômica, constituindo tais discursos um grande paradoxo, pois o neoliberalismo global não promove um crescimento global de distribuição equitativa. Para Harvey (2006), o discurso de regiões “atrasadas” que necessitam se adaptar aos “novos tempos” é mitológico, pois já não é da natureza do capitalismo apoiar o desenvolvimento da maioria dos países, ao contrário, é mais próprio da natureza do sistema subjuga-lo. Hoje, temos que reconhecer que a esfera da produção capitalista contemporânea se ampliou, envolvendo as esferas não materiais da vida no campo da produção de valores, da geração de mais-valia e exploração do trabalho. Estas concepções de desenvolvimento o veem como instrumento político e econômico para o fortalecimento do domínio capitalista sobre as diferentes formas de cultura.

Temos que repensar o conceito de desenvolvimento de uma forma complexa, superando os dualismos e desconstruindo as “entrelinhas” do poder instituído a partir de um processo em que esconde sua própria instituição, pois essa mesma estrutura de poder cria artifícios para sua automanutenção.

O modelo que vem como alternativa ao desenvolvimento tradicional, na realidade mascara as mesmas oligarquias de poder, grandes corporações sediadas em países “mais desenvolvidos”, trazendo implicações diversas aos lugares e à dinâmica natural, assim como observamos nos desastres ocorridos na cidade de Nova Friburgo em janeiro de 2011.

4.1.1.

Sistemas industriais locais: a moda íntima em Nova Friburgo.

Assim como afirma Tironi (2001), para nós a expressão sistemas industriais locais é baseado em um conjunto de bibliografias que surgem a partir de a década de 90, denominada de *cluster industrial*, baseado nos modelos de desenvolvimento local do norte da Itália. Podemos classifica-los como um distrito industrial, aglomeração ou agrupamento de empresas industriais com concentração setorial, arranjos produtivos locais, arranjos inovativos locais etc. A

palavra “sistema” é utilizada com conotação abrangente que adquire uma linguagem corrente quando se refere a um agrupamento de atividades econômicas e funções com algum grau de similitude, no caso tecnológico, e convergente no propósito, ainda que sem apresentar um alto grau de articulação entre as partes.

Em estudo encomendado pela SEBRAE à Fundação Getúlio Vargas em 2000, o município de Nova Friburgo foi avaliado com o objetivo da elaboração de políticas públicas que viessem a programar uma metodologia para a indução ao desenvolvimento de redes de micro e pequenas empresas à luz da experiência piloto, os Distritos Industriais Italianos, tendo como foco o cluster de confecção de moda íntima da região Centro-Norte Fluminense⁷, que tem como centro dinâmico o Município de Nova Friburgo. Com este estudo pretendia-se reduzir de forma significativa os custos de transação entre as empresas que formam a fileira produtiva, intensificar a troca de informações tecnológicas e mercadológicas entre as empresas e fazer com que as empresas reconheçam a valorização competitiva do distrito ensejando ganhos para o conjunto de empresas, vis a vis, os concorrentes de outras regiões.

Importante aqui ressaltar que a cadeia produtiva têxtil é composta de cinco fases. Ela tem início na extração da matéria-prima agrícola (lã, algodão e seda) ou não agrícola (petroquímica). A próxima etapa é a fabricação de fibras, que podem ser sintéticas ou naturais. Completando esta etapa há a têxtil (na qual ocorre a produção, seleção e venda dos tecidos). Posteriormente, a cadeia produtiva é dirigida para fase do vestuário (que defini-se entre o desenho de peças, a pré-montagem e a montagem final), e finalmente chega ao seu fim no nível do varejo, quando a produção é passada ao consumidor. Essencial destacarmos que o mais relevante fator produtivo da indústria têxtil é o trabalho, no caso de Nova Friburgo o trabalho feminino em domicílio é predominante. Podemos atribuir à exploração do trabalho doméstico a intensificação da expropriação do trabalhador, pois não existem formas de se regular as horas de trabalho e garantir direitos trabalhistas, como descanso semanal remunerado décimo terceiro ou férias.

⁷ O APL compreende uma região fictícia estipulada pela FIRJAN em que estão os municípios de Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Teresópolis, Santa Maria Madalena, Bom Jardim, Cordeiro, Trajano de Moraes, Macuco, Duas Barras, Cantagalo, São Sebastião do Alto, Carmo e Sumidouro. Tendo Nova Friburgo como sede e principal município do arranjo.

Segundo La Rovere, Hasenclever e Melo (2001, p. 392), o sistema produtivo local têxtil de confecções de Nova Friburgo abrange os municípios de Cachoeiras de Macacu, Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Cantagalo e Nova Friburgo, sendo este último o maior e mais importante, não apenas por reunir maior número de empresas, mas também por ser onde estão localizadas as empresas líderes. Segundo a pesquisa dos autores, a região Centro Norte Fluminense, onde se localiza o polo, tinha 7,8% dos estabelecimentos têxteis e 13,1% dos estabelecimentos de confecção do estado do Rio de Janeiro em 1997, absorvendo 13,8% do pessoal ocupado do estado. Apesar da sua pequena representatividade no que se refere por estabelecimento e pessoal ocupado, a região, em 1999, já respondia a cerca de um terço da produção nacional de moda íntima do país, que naquele ano foi de 600 milhões de peças, se caracterizando como o maior polo de moda íntima do Brasil.

Os mesmos autores (2001, p. 392) afirmam que o município de Nova Friburgo tinha, em 1997, 369 empresas da cadeia têxtil de confecções, sendo 22 têxteis e 347 de artigos de vestuário. As empresas da região pretendiam exportar 30% da sua produção até o ano de 2000. Inicialmente foram realizadas junto à FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), consórcio de exportação e feiras internacionais, entretanto, o objetivo não foi alcançado. Apesar de ocorrerem algumas iniciativas a maior parte das empresas situadas no município é de pequeno porte e não são voltadas à exportação, além do nível tecnológico das empresas do sistema produtivo ser baixo. No ano de 2000 apenas 2,3% dos produtos eram destinados à exportação.

La Rovere, Hasenclever e Melo (2001) concluíram que a existência de um arranjo produtivo pressupõe alta intensidade de relações de cooperação baseadas na incorporação de tecnologia pelas empresas e instituições presente em um arranjo. Em Nova Friburgo, entretanto, foi detectado que a maior fonte de aprendizado pelas empresas são os clientes. As escolas técnicas e demais instituições de pesquisa são consideradas de pouca relevância para o aprendizado, o que é contraditório, pois a cidade possui muitas universidades inclusive campos da Universidade Federal Fluminense e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O SESC é o principal parceiro das confecções, porém os cursos

oferecidos pela instituição não são suficientes e caros. As principais vantagens dinâmicas da região são a quantidade e boa qualificação da mão de obra. As inovações utilizadas pelas empresas estão ligadas ao *desing*⁸ e não à incorporação de novas tecnologias e equipamentos. O arranjo possui pouca articulação internacional e existe clara percepção das empresas locais da necessidade de presença institucional mais forte das agências públicas, principalmente no que se diz respeito à crédito. Para os autores este arranjo não é considerado dinâmico tecnologicamente. Falta-lhe principalmente capacitação gerencial e empresarial. Como vemos, políticas foram implementadas sem ao menos que a cidade tivesse condições básicas para que elas pudessem se desenvolver de forma plena.

Este modelo de desenvolvimento tem como característica uma participação menos marcante dos que enfatizam a escala nacional e até mesmo regional como essenciais ao desenvolvimento, pois os lugares teriam naturalmente a capacidade de associação direta com a escala global, constituindo a esfera global o campo ou arena prioritária para a ação política, deixando as escalas intermediárias com pouco ou nenhuma importância no processo. É assim um claro projeto político e ideológico, um novo modelo de colonialismo em que se vende uma proposta de cidadania global.

“[...] Grande parte da literatura contemporânea, adotada de forma mecânica e indiscriminada no país – e que informa parcela majoritária das ações públicas em âmbito subnacional –, proclama que bastaria cumprir as “exigências” da globalização, desse modo novo imperialismo da “partilha dos lugares eleitos”, ajustando-se, adaptando-se e submetendo-se a essa inexorável “fatalidade”, para tornar-se um espaço receptivo e conquistador da confiança de agentes econômicos mais poderosos. Negando completamente a natureza das hierarquias (impostas em várias escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo esse “pensamento único” que invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade, teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das medições entre o local e global)”. (BRANDÃO, 2007, P.35)

Nessas concepções o modelo local teria a extraordinária capacidade de cumprir com as tradicionais funções que sempre foram dos Estados Nacionais. Neste sentido, as concepções localistas negam todas as questões estruturais e,

⁸ *Design* é a idealização, criação, desenvolvimento, configuração, concepção, elaboração e especificação de objetos que serão produzidos industrialmente ou por meio de sistema de produção seriada e que demandem padronização dos componentes, compatibilização do desenho para construção em maquinário mecânico ou manual, envolvendo a repetição das diferentes etapas de produção. Essa é uma atividade estratégica, técnica e criativa, normalmente orientada por uma intenção ou objetivo, ou para a solução de um problema.

assim, todas as escalas existentes entre o local e o global (BRANDÃO 2007). Os locais que desenvolveram ações de construção de competitividade, com base em movimentos coletivos de alta sinergia, seriam exemplo a serem seguidos por diversas regiões, como o ocorrido na terceira Itália. No caso aqui estudado, políticas públicas adotadas pelos governantes pretendiam que Nova Friburgo e região seguissem o modelo das células industriais italianas. Existe assim um processo de busca e seleção no espaço por lugares que ofereçam maior capacidade de apropriação privada de rendimentos. Os municípios do polo na Região Centro Norte Fluminense teria um papel similar de uma empresa, sendo capaz de tomar decisões autônomas, realizando a mais racional escolha de fatores em escala internacional.

4.2.

A natureza desigual do espaço: o desenvolvimento local em Nova Friburgo

A cidade de Nova Friburgo a partir de setembro de 2013 passou a contar com um espaço físico voltado essencialmente ao setor de moda íntima. O SENAI espaço de moda (localizado na antiga fábrica de rendas ARP) foi inaugurado durante a abertura do FEVESTTE (tradicional feira de moda íntima da cidade), em setembro de 2013. O local será o único destinado a atender de forma integrada as necessidades do segmento de moda íntima no estado do Rio de Janeiro e funcionará na antiga fábrica de rendas ARP. Este processo é um exemplo do que vem acontecendo nos últimos vinte anos no Brasil e no mundo. Uma passagem do modelo produtivo fordista para um modelo mais flexível de produção.

A grande planta industrial da ARP em Nova Friburgo recebeu novas funções ligadas às características do capitalismo em sua contemporaneidade. No mesmo espaço da ARP ainda foram abertos um restaurante e outros prédios deram lugar à pequenas confecções cooperativadas. Esse mesmo processo ocorreu na grande planta industrial da YPÚ (indústria de couros), como já relatamos anteriormente neste trabalho, quando em uma pouco significativa parcela da antiga fábrica funcionam pequenas confecções, mas grande parte do prédio histórico está abandonada. Há um projeto de abertura de um centro tecnológico universitário nas antigas instalações da YPU, associando a Universidade do

Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense, as duas universidades públicas que tem sede na cidade.

Por outro lado, espaços como o centro fundado pela SEBRAE, poderão de tornar espaços de possibilidade para a troca de conhecimento entre as pequenas empresas, podendo gerar associações em diversas escalas e conseqüentemente induzir ao desenvolvimento. O empreendimento contará com modernas instalações e completa infraestrutura para as necessidades do mercado: oficinas e laboratórios, biblioteca, acervo de materiais, auditório e salas para discussões empresariais. Assim, poderá oferecer cursos profissionalizantes, oficinas, exposições, palestras, consultorias, atendimento a compradores, e workshops, todos voltados para moda íntima.

Nas salas de aulas, que serão oferecidas pelo centro, serão dados cursos em que os alunos poderão estudar costura, estilo, modelagem, entre outras técnicas da profissão. O novo empreendimento leva para a região um importante apoio para consolidar Nova Friburgo como centro da moda íntima no país.

Também podemos citar mais um exemplo deste processo. Na planta industrial onde funciona hoje a fábrica Triumph (antiga fábrica de rendas Filó, hoje a confecção de moda íntima mais bem sucedida da cidade, que funciona em diversas escalas, até mesmo internacionalmente) se encontram pequenas confecções em espaços que não estavam sendo aproveitados pela indústria⁹. Castoriadis (1992) estabelece, apesar de não concordar com os termos “pós-industrial” e “pós-moderno” (como muitos autores definem o caráter do capitalismo na contemporaneidade) algo que na realidade corresponde ao termo “pós-industrial” e nos parece um exemplo do processo que desejamos analisar:

“[...] Resumindo em poucas palavras, pelo menos nos países ricos (mas não só neles), a produção (qualquer que seja o sentido desse termo) abandona os altos-fornos e as velhas fábricas sujas e encaminha-se para complexos cada vez mais automatizados e também para diversos “serviços”. Esse processo, previsto desde pelo menos há meio século, havia sido considerado por muito tempo como portador de promessas extraordinárias para o futuro do trabalho e da vida humana. Dizia-se que a duração do trabalho iria diminuir dramaticamente, e sua natureza fundamentalmente transformada. Esperava-se que a automação e o

⁹ Após os deslizamentos de 2011 em que o acesso a Universidade do Estado do Rio de Janeiro ficou bloqueado a universidade passou a funcionar em um espaço ocioso da mesma fábrica.

tratamento eletrônico dos dados transformassem o velho labor industrial, repetitivo e alienante, num campo aberto à livre expressão de inventividade e da criatividade do trabalhador.” (CASTORIADIS, 1992 p.14).

De fato nada disso aconteceu. Um exemplo disso é o processo que podemos analisar na cidade de Nova Friburgo, a exploração do trabalho se intensificou e as relações trabalhistas se deterioraram nos últimos vinte anos. As possibilidades fornecidas pelas novas tecnologias continuam confinadas a um grupo reduzido de jovens especialistas. A natureza do trabalho não mudou para a massa do proletariado, tanto na indústria quanto nas empresas prestadoras de serviço, muito pelo contrário. Castoriadis (1992) continua afirmando que essas relações, inclusive, pioraram. O autor mostra que a industrialização à moda antiga invadiu as grandes empresas dos setores não-industrializados, onde o ritmo do trabalho e taxas de rendimento permanecem sujeitas à controle mecânico impessoal.

Ora, como vemos, esse processo é o maior exemplo da transição de um capitalismo fordista ligado as grandes plantas industriais para um capitalismo flexível em que essas plantas não são mais necessárias, pois a produção não é mais concentrada no local, porém fragmentada. Esse processo aumenta significativamente a mais valia capitalista, pois ele (o capitalista) não precisa se preocupar mais com os direitos trabalhistas conquistados a partir da associação sindical característica do período fordista, além disso, também aumenta a exploração do trabalhador, pois não existe regulação da jornada de trabalho, nem férias ou décimo terceiro. Isso demonstra uma drástica guinada para as políticas neoliberais nos anos 70 e 80 nos países centrais, principalmente nos EUA e Europa, e seus desdobramentos nas economias periféricas, afetando a geografia histórica do capitalismo global, produzindo uma onda de efeitos que vão da adoção do neoliberalismo como um esforço para restaurar o poder da classe às elites, e influenciando fortemente no processo de urbanização das cidades.

Harvey (1976) nos mostra que há um grande contradição na adoção do neoliberalismo em escala global, pois não promove o crescimento e a distribuição de riquezas de uma forma equalitativa. Por isso, o autor analisa esse processo utilizando as expressões “combinado, contraditório e complexo” do desenvolvimento geográfico como resultado da dialética histórica e geográfica.

Sendo assim, o autor considera que a unidade subjetiva da realidade deste processo se realiza entre a heterogeneidade subjetiva (agentes e agências de cambio, ligados à escala global) e as identidades (representações, percepções, imaginário e conhecimento, mais ligados à escala local). Porém, a multiplicação subjetiva se expressa com maior contundência transformadora nas situações e nas realidades geográficas materiais orgânicas, indispensáveis para a produção e reprodução da vida cotidiana. Assim podemos observar na cidade de Friburgo, com a mudança da vida do trabalhador em sua reprodução cotidiana tendo em vista a deterioração das relações trabalhistas. Muitas confecções funcionam nos fundos das casas de família, se caracterizando como pequenas empresas familiares, grande parte dessas confecções estão situadas em áreas de risco e de urbanização mais recente. Esse tipo de negócio aumentou significativamente na cidade nos últimos vinte anos. Relacionando este mesmo processo à forma de urbanização da cidade, percebemos mudanças significativas do proletariado, como exemplo, que antes se concentrava em bairros de trabalhadores, como a Vila Amélia, bairro do centro da cidade que teve como a sua origem a indústria Filó, este bairro hoje se valoriza pela proximidade do centro e pela construção de luxuosos condomínios, forçando a população que ali vivia a se deslocar para bairros periféricos, principalmente em direção do distrito de Conselheiro Paulino e o bairro Duas Pedras que fica as margens da RJ-130, estrada que liga Friburgo à Teresópolis, uma das regiões mais afetadas por deslizamentos nos megaeventos de janeiro de 2011. O que podemos constatar é que a partir da maior manifestação dos processos ligados ao neoliberalismo contemporâneo na cidade ocorreu o aumento de ocupação em áreas de risco e de autoconstrução.

Portanto, é averiguado que nas áreas em que os deslizamentos foram mais intensos foram justamente as mesmas que tiveram esse perfil de urbanização, principalmente no vale do Córrego d'antas e no distrito de Conselheiro Paulino, porém não podemos desconsiderar os fatores naturais do relevo.

Harvey (1976) afirma que o capitalismo sobrevive a partir do desenvolvimento geográfico desigual. Ele nos mostra que a articulação dos modos de produção implica uma complicada trama desigual combinada e contraditória de enraizamentos e desenraizamentos de relações sociais e formas de sociedade que

envolve as relações sistemáticas entre a reprodução econômica capitalista, a história e a geografia da vida social. Nesse movimento as sociedades geográficas se integram em um sistema de totalização escalar.

Os desenvolvimentos geográficos desiguais refletem de uma maneira diferente diversos grupos sociais e como esses grupos sociais vêm desenvolvendo materialmente seus modos de sociedade dentro de uma trava de vida entendida por aquilo que Harvey (1976) define como o sistema sócio-ecológico. Por isso, temos que ter em vista que a atividade capitalista está sempre fundada em um lugar (que possui características singulares). Diversos processos materiais (físicos, ecológicos e também sociais) devem ser apropriados e usados para um propósito e caminho de uma acumulação de capital e tudo aquilo que acontece no lugar, desde o trabalho ao processo produtivo de consumo está atrelado à acumulação de capital. Portanto, é inegável que o capitalismo vem promovendo a evolução de formas institucionais, marcos institucionais e especializações funcionais que promovem o desenvolvimento de um discurso tão abstrato que se torna opaco aos olhos das massas; devido a isto, existe grande dificuldade de associação entre as pequenas indústrias e principalmente entre os trabalhadores.

Assim, é necessário examinar mais as relações metabólicas entre a acumulação de capital e a natureza. Harvey (1976) também afirma que quando transformamos o ambiente transformamos a nós mesmos. Este é o ponto teórico fundamental de Marx concernente a nossa relação dialética e metabólica com a natureza, como já afirmamos neste trabalho. Por isso, não podemos pensar a urbanização do espaço da cidade de Nova Friburgo sem analisar o sítio físico e ambiental no qual está associada intrinsecamente, em constante movimento de transformação de primeira natureza em segunda natureza a partir do trabalho e cotidiano do homem, gerando um espaço que está sempre em processo de totalização e transformação.

No bojo desse processo temos em vista que a acumulação capitalista do capital se realiza a partir do espaço e tempo. A proposta de Harvey do desenvolvimento desigual e combinado opera a partir do pressuposto que a acumulação originária já foi formada nas classes capitalistas e proletárias, e o Estado seria o facilitador de forças e de arranjos institucionais (leis, contratos,

propriedade privada, direitos jurídicos etc), manipulando o mundo material, no qual a acumulação capitalista ocorre, de acordo com os interesses privados de grandes instituições.

Soja (1982) também discute a respeito do desenvolvimento desigual e combinado, o denominando como um “sistema de transferência geográfica de valor” é um sistema de relações sociais e espaciais que influencia significativamente na transferência desigual de valor. O autor aponta que para criar a transferência geográfica de valor é dar ao mercado uma geografia concreta, enquadrá-lo em uma espacialidade diferenciada e desigualmente desenvolvida. Dada essa expressão material espacializada, haverá áreas de maior e menor produtividade, maior e menor composição orgânica, gerando assim no processo de troca uma complexa e variada transferência geográfica de valor, um sistema espacial de “troca desigual” enraizado na verdadeira natureza das relações de produção capitalista e da divisão de trabalho, se manifestando em diversas escalas espaciais.

No nosso caso, desejamos compreender a sua manifestação na cidade de Nova Friburgo, e como, conseqüentemente, esse processo influencia na configuração territorial da cidade em sua atualidade, e como influenciou no passado, afetando direto e indiretamente na intensificação dos deslizamentos e desmoronamentos ocorridos em janeiro de 2011. Como já afirmado, empiricamente podemos constatar que as áreas mais afetadas da cidade foram as de expansão de população de renda baixa, como os bairros de Conselheiro e o vale do Córrego D’antas. Um exemplo deste processo foi a preferência das políticas públicas em realizar obras de alargamento e contenção do Rio Bengalas nas áreas centrais e nas áreas de expansão de população residente em áreas nobres, em detrimento bairros mais pobres da cidade, como Conselheiro Paulino que não foram atendidos pelas obras e, este bairro se localiza à jusante deste mesmo rio, com o alargamento e contenção há a diminuição do processo de infiltração, e também maior ganho de energia das águas, o que afeta intensamente no alagamento de regiões mais baixas, justamente lugares em que se encontram populações mais pobres. Após as chuvas foram liberados verbas federais para o

alargamento do Rio no bairro de Conselheiro Paulino, entretanto as obras estão em andamento.

Soja (1982) configura o cenário da influencia do processo de desenvolvimento desigual e combinado a partir da espacialidade, pois ela seria o produto social deste processo. O autor continua afirmando que a espacialidade não é simplesmente uma extensão inócua dos processos humanos sobre a paisagem, muito menos uma contundente interpretação tradicional da espacialidade, sendo uma análise marxista ou não. O autor afirma que a visão do desenvolvimento desigual e combinado tem um nítido contraste com as concepções tradicionais a respeito do espaço. Para a tradição crítica (a qual o autor se posiciona) o espaço e o político tornaram-se cada vez mais reconhecidos como uma força material e não material, ou seja, ideológica, influente, ordenada e reordenada às próprias relações sociais e produtivas. Longe de ser um reflexo passivo, ou um reflexo, a espacialidade torna-se ativa como uma estrutura concreta e repositório de contradições e conflitos, um campo de lutas e de estratégias políticas. Nesse sentido, as relações sociais e espaciais, a divisão social e espacial do trabalho, a práxis social e espacial estão interativamente engajadas e concatenadas, ao invés de reduzidas a simplesmente gênese e reflexo, causa inicial do efeito subjacente:

Quando entendida em sua ação dialética recíproca, a espacialidade é revelada como terreno socialmente constituído da acumulação capitalista e da luta de classes, a estrutura material dinâmica para existência e reprodução dos modos de produção. Desenvolvendo-se constante mas irregularmente, capaz de ser reestruturada ainda não completamente livre do legado de terrenos passados, a espacialidade é socialmente e historicamente produzidas e tomada pela política da ideologia. Em sua natureza verdadeira, contudo, a espacialidade é um produtor e reproduzidor das relações sociais. Sem dúvida, o desenvolvimento histórico do capitalismo pode ser visto como uma revelação sucessiva de espacialidades periodizadas de acordo com a concretização particulares do processo de trabalho, da valorização e desvalorização do capital e das lutas políticas concomitantemente entre e no interior das classes sociais – como um desenvolvimento desigual no espaço e no tempo. (SOJA, 1992, p.54)

A cidade de Nova Friburgo passou por três momentos distintos do processo de acumulação capitalista, como já afirmamos nesta pesquisa. Um primeiro momento ligado à acumulação agrária, do princípio de sua colonização que data de 1818, até o final do Sec XIX e início do século vinte, quando sua configuração espacial não muda muito. Com a chegada dos colonos alemães, a cidade passa por um segundo momento ligado ao processo de acumulação de

riqueza. Capitalizados, esses colonos (de origem alemã), trazem tecnologia industrial europeia do final do século XIX, proporcionando, neste período a industrialização da cidade de base fordista, construindo estruturas ainda importantes na paisagem da cidade até o presente, e estabelecendo relações de trabalho, sociais, de afetividade, entre outras. Porém, com a crise do capitalismo fordista na década de 70 do século XX a cidade vem se voltando a uma urbanização ligada às estruturas metropolitanas, se integrando ao modelo neoliberal de produção industrial que tem como base o desenvolvimento local.

Torna-se perceptível na cidade que a luta de classes foi sendo cada vez mais canalizada em confrontos entre a produção e o controle dos espaços. A cidade possui bairros proletários e nobres, territorialmente delimitados, resultado do desenvolvimento desigual e combinado do espaço, um dos elementos que consideramos mais importante na pesquisa que intensificou as perdas materiais e imateriais da cidade nos deslizamentos e nos desmoronamentos foi a o desenvolvimento desigual atando na configuração territorial da cidade. Porém, também percebemos que extremo volume de chuvas registrado em um pequeno espaço de tempo na cidade em janeiro de 2011 resultou em aceleração dos processos naturais de erosão e inundação em diversos espaços da cidade, espaços pobres e ricos. O Centro da cidade, área valorizada pela especulação imobiliária foi afetado fortemente, ruas de população de mais alta renda, como General Osório, Cristina Ziedi, entre outras foram afetadas e até parcialmente destruídas. Nesse sentido percebemos que há fortes consequências causadas pelo processo de urbanização mal planejado, sendo ele de classes altas ou de classes baixas. Mas é certamente perceptível que áreas de expansão de populações de classes baixas foram mais afetadas, provavelmente devido às características da forma de ocupação informal, ressaltando o fato de que estas áreas são carentes de infraestrutura, pois as políticas públicas municipais privilegiam áreas mais nobres, processo decorrente do processo de acumulação desigual de capital.

Outro autor que aborda a questão da espacialidade como a forma trivial da existência das relações socioeconômicas estabelecidas pela sociedade ao longo do tempo – que estruturam a espacialidade nas relações de produção foi Alain Lipietz. O autor afirma que o espaço:

[...] concreto sócio-econômico aparece tanto como articulação dos espaços analisados, tanto como um produto um reflexo da articulação das ciências sociais, e ao mesmo tempo, até o ponto que o espaço concreto já existe diz respeito, como uma coação objetiva imposta sobre o redesenvolvimento dessas relações sociais. Nós devemos dizer que a sociedade recria seu espaço em bases de um espaço concreto, sempre estabelecido previamente. (LIPIETZ, Alain. 1980, p.61)

As relações sociais de divisão social do trabalho são apresentados assim como espaço formador (materializante) ao mesmo tempo contingente (materializado). Em outras palavras, o espaço é produto de um processo dialético sócioespacial que se passa no tempo em uma sucessão de espacialidades criadas (como as grandes plantas industriais das fábricas da cidade de Friburgo que vem nos últimos vinte anos adquirindo novas funções ou estão sem uso aguardando uma nova onda de acumulação de capital e especulação imobiliária). É, nesse sentido, que cada formação social deve ser vista notadamente como uma formação espacial (grandes plantas industriais fordistas, bairros proletários e burgueses até década de 80 e hoje fábricas adquirindo usos de serviços, como restaurantes, expansão das periferias urbanas). O resultante desse processo na paisagem é a expressão particular de uma articulação de modos de produção no tempo e no espaço. O mesmo autor também refere-se à espacialidade com pares dialéticos, uma forma de correspondência entre “presença/ausência” (no espaço geográfico) e “participação/exclusão” na estrutura considerada, incluindo assim na espacialidade a relação entre eventos de superfície e processos de estruturas originais.

Notadamente em Nova Friburgo há espaços de presença e de ausência. Estes termos podem ser generalizados a qualquer cidade do mundo capitalista (que hoje compreende praticamente todo o globo). Para a manutenção do sistema de expropriação é necessário que hajam incluídos precariamente no sistema de acumulação, para que os incluídos possam acumular riquezas. Há também espaços escolhidos pelo poder público para receberem mais infraestruturas. Na cidade de Nova Friburgo não existem zonas de planejamento como no Rio de Janeiro, mas os investimentos são igualmente desiguais se compararmos as Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro. Pois bairros do Centro de Nova Friburgo, como Braunes, Vale dos Pinheiros, Parque São Clemente, Bela Vista, Cônego e Cascatinha recebem mais investimentos em relação a bairros como Conselheiro Paulino, Olaria, Vila Amélia, e Córrego D’antas. Em relação à participação e

exclusão, acreditamos que haja mais participação, sim, de certas classes em todos os setores da economia, porém não há exclusão, pois ninguém está excluído, porém inserido precariamente, pois o capitalismo precisa que haja uma parcela da população nessa condição para que ele possa se expandir e reproduzir.

O que constatamos é que em todas as teorias sobre as espacialidades discutidas até agora, cada um dos momentos de processo de transformações econômicas e sociais possui um correlato geográfico, em síntese, a correspondência entre a geografia e seu correlato das formações econômicas e sociais leva a homologar os conceitos de tempo e de espaço. Um jogo de correlação entre as formas de reprodução das relações de produção e o espaço nas quais se tornam visíveis, ou seja, a relação dialética do processo de desenvolvimento desigual das forças produtivas e reprodutivas e das relações sociais de produção e reprodução.

A manifestação mais recente do processo de desenvolvimento desigual e combinado no mundo e no Brasil tem a sua origem nas características propagadas pelo neoliberalismo, sendo uma dessas os projetos descentralizadores, ou seja, a possibilidade da autoregulação dos recursos circundantes pela comunidade local. Mas esse discurso é falacioso. Lefebvre (2008) nos mostra como as comunidades não têm efetiva capacidade de gestão, quando muito pouco podem continuar paralisando as iniciativas do poder central (Estado e conseqüentemente os acumuladores de capital) numa certa medida, e esse poder ainda se preocupa em arrancar essa capacidade.

Alguns autores defendem as políticas de desenvolvimento local. Esses autores usam como argumento o exercício da liberdade, reforçando que ela é mediada a partir de valores que, porém, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais (fóruns e associações locais), que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação. Cada uma dessas relações mereceria um exame minucioso. Amartya Sen (2000, p.24-25) nos mostra essa concepção:

“O fato de que a liberdade de transações econômicas tende a ser tipicamente um grande motor do crescimento econômico tem sido muitas vezes reconhecido, embora continue a existir críticos veementes. É importante não só dar o devido

valor aos mercados, mas também apreciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar. Isso influencia até mesmo questões controvertidas como o chamado problema populacional. [...]

[...] As liberdades não são apenas fins primordiais do desenvolvimento, mas também meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que a vincula, uma à outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras.”

Amartya Sen foi premiado com o Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel de 1998, pelos suas contribuições à teoria da decisão social e do "*welfare state*". Essa postura da academia internacional reflete a estrutura política e social do neoliberalismo reforçando e criando legitimidades para o sistema capitalista. Concordamos com o autor quando coloca sua posição em relação à participação dos agentes locais, assim como ele, acreditamos que possa ser um caminho para melhor organização dos agentes locais para que os mesmo tenham a possibilidade de diálogo em diversas escalas a partir da associação, pois quanto mais unidos mais poder de barganha e intervenção têm o proletariado. Não existe melhor forma do que a associação coletiva. Porém, discordamos plenamente de Amartya quando o autor se coloca em relação às transações econômicas. Temos como um dos objetivos nessa pesquisa desconstruir as ideias neoliberais a respeito do desenvolvimento. O movimento em relação à defesa do desenvolvimento local nos parece não quebrar com a estrutura positivista de desenvolvimento único, porém coloca-la em uma nova roupagem, em que o discurso ideológico soa mais agradável, porém não desmonta com a estrutura de poder e dominação do capital sobre a vida cotidiana de todos.

Brandão (2003) nos mostra que nos últimos anos vem crescendo dentro da academia a concepção que a escala local teria poder ilimitado e vem invadindo o debate sobre o desenvolvimento urbano e regional no Brasil e no mundo. A cidade de Nova Friburgo se torna um exemplo empírico deste processo que afeta diretamente políticas públicas adotadas pelo Estado em âmbito nacional. O mesmo autor acredita que esses argumentos negam completamente a natureza das

hierarquias (impostas em diversas escalas) de geração e apropriação de riquezas, segundo o “pensamento único”, o que desvirtuaria os estudos da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, ocorrendo, neste sentido, o fim das escalas intermediárias (das mediações entre o local e o global).

Diversas concepções a respeito das abordagens do desenvolvimento de *cluster*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais, entre outras, possuem tal viés. A generalização e banalização de definições como “capital social”, “redes”, “economias solidária e popular”; o abuso na detecção de toda sorte de empreendedorismo, voluntariados, microiniciativas, comunidades solidárias; a crença que os formatos institucionais ideais para que se gere desenvolvimento necessariamente passem por cooperativas, agências, consórcios ou comitês, criaram um falso ideal de que o local pode se associar diretamente à escala internacional e desfrutar dos benefícios que existiriam a partir dessa integração. Brandão (2003) considera esse processo como uma “endogenia exagerada” das localidades, pois faz com que os capitalistas locais acreditem piamente na capacidade e nas vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem auto-controle sobre seu destino, e procura promover a sua governança virtuosamente no lugar. Classes sociais, ação pública, hegemonia seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado ou em passos de superação. Autores como Amin e Robins (1994, p.79) acreditam no fim da centralização e na potencialidade dos lugares:

“Fim da centralização, da concentração, da massificação e da estandardização e [a vitória] de uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e, em termos espaciais pelo localismo”.

Porém, sob a nossa perspectiva, insistir demasiadamente em relação à ideia da transformação das estratégias concernentes, incluindo tanto as pequenas como as grandes empresas, nos parece falaciosa. Nesse sentido, concordamos com Veltz (1996, p.13) quando o autor aponta:

“No se insistirá nunca demasiado sobre la Idea de que la transformación de lãs estrategias y organizaciones concierne tanto, e incluso más, a lãs grande empresas como a lãs pequenas. La oposición entre um mundo de pequenas empresas flexibles e innovadoras , suporte princial de la territorialización de la economía, y un universorigido de grandes empresas atrapadas em los modelos de la producción em serie, e indiferentes a los territorios, me parece radicalmente falsa.”

Castells (1999) sustenta este mesmo posicionamento. Para o autor, teria ocorrido uma dissolução da sociedade enquanto sistema social relevante e ela (a sociedade, em uma escala geral) seriam substituídos pela identidade (pelo lugar, em uma escala reduzida). Essa perspectiva abandona a existência da luta de classes sociais, colocando toda ênfase nas relações estabelecidas pelas “comunidades cívicas”, destacadas pelas abordagens de que o capital social poderia ser desenvolvido a partir do trabalho. Alguns autores da literatura localista chegam a afirmar que não existiriam, nesta nova fase do capitalismo, maiores necessidades de haver propriedade sobre os meios de produção, um claro exemplo de que uma utopia anticapitalista está sendo apropriada pelo setor mais neoliberal da economia.

Processo este que ocorrem em cidades como Nova Friburgo, que apesar de ainda ser a maior produtora do Brasil de moda íntima, vem perdendo espaço para outros centros dinâmicos de produção. Esse fenômeno também está relacionado à transição da economia fordista para uma mais flexível, quando as industriais procuram atrativos locacionais, como mão de obra mais barata e lugares com melhor infraestrutura, próximos a eixos de escoamento. Um dos locais em que vem crescendo significativamente no ramo da moda íntima é a região Nordeste do Brasil, principalmente o polo de moda de Recife, pode-se constatar na seguinte passagem:

“segmentos leves e de baixa sofisticação tecnológica ou com poucas exigências de integração interindustrial têm se deslocado para região Nordeste, em função da exigência de meterias primas, trabalho barato e incentivos fiscais.” (DINIZ 2001, p.12)

Brandão (2003) criou uma tabela que estabelece as principais características do capitalismo fordista/taylorista e do capitalismo contemporâneo, relacionado à arranjos flexíveis e ao discurso de desenvolvimento local. Esta tabela é de extrema importância para entendermos as diferenças entre as práticas sociais associadas entre a divisão social do trabalho ligada ao pensamento positivo, e as teorias de desenvolvimento endógeno, ou seja, o capitalismo mais característico do século XX e o neoliberalismo presente:

Tabela 1: Diferenciação entre capitalismo de estrutura fordista e acumulação flexível.

| "Divisão Social do Trabalho" | "Desenvolvimento Local/Endógeno" |
|---|---|
| 1. Sociedade | 1. Comunidade |
| 2. Classes Sociais | 2. Atores, Agentes |
| 3. Capital (suas frações) X Trabalho | 3. "Capital Social" |
| 4. Propriedade dos Meios de Produção | 4. "Agenciamento de Habilidades" e "Federar a Produção" |
| 5. Relações Mercantis | 5. Relações de Reciprocidade |
| 6. "Mundo do Trabalho" | 6. Recursos Humanos e sua empregabilidade |
| 7. Estado | 7. Mercado |
| 8. Ação Pública | 8. "Iniciativa Privada" e "Parcerias Público-Privadas" |
| 9. Coerção da Concorrência | 9. Cooperação |
| 10. Fatores "exógenos" e macroeconômicos" são fundamentais e determinantes (câmbio, juros, fisco, regulação do mercado de trabalho, monetários, financeiros, fundos públicos, etc.) | 10. Fatores Endógenos e "microeconômicos" do ambiente sinérgico são determinantes. |
| 11. Padrões Concorrenciais comandados por Oligopólios | 11. Micro e Pequenas Empresas e Empresas em Rede |
| 12. Estruturas Produtivas | 12. Economia "dos serviços", pós-industrial, pós-fordista e de acumulação flexível. |
| 13. Poder; Hegemonia | 13. Atmosfera |
| 14. "Bloco Histórico" | 14. "Espírito Empreendedor" |
| 15. Divergência, Diversidade, Assimetrias | 15. Convergência |
| 16. Equidade | 16. Eficiência |
| 17. Pouca capacidade de Regulação Local pois o Centro de Decisão está no Centro | 17. Governança Local |
| 18. Ética | 18. Estética |

Fonte: BRANDÃO, Carlos Antônio. O Modo Trans-escalar de Análise e Intervenção Pública: notas para um manifesto anti-localista. In: X Encontro Nacional da Anpur. 28 a 30 de maio de 2003. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p.1-12.

O ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e como prática social, como modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e visão do mundo. Todas as características da globalização configuram uma "sociedade universal" como uma sociedade civil mundial (IANNI 1993). Este processo pode promover um deslocamento das coisas, indivíduos e ideias, o desenraizar de uns e de outros, uma espécie de generalização desterritorializadora. A tabela número 1 evidencia as principais diferenças em o capitalismo na contemporaneidade e o capitalismo fordista característico do século passado. Nova Friburgo é um exemplo empírico do desenvolvimento deste processo no Brasil. Vemos que o discurso de desenvolvimento local e endógeno traz um falso discurso de identidade e sustentabilidade, porém o que vemos na realidade é que nos parece ser a expansão das ideias, características e formas de vida capitalistas, porém em uma nova roupagem.

Uma das cresças principais do paradigma fordista foi a confiança na capacidade dos Estados Nacionais influenciarem diretamente os parâmetros do desenvolvimento econômico, particularmente taxas de juros, empréstimos internacionais, políticas de crescimento econômico etc. Poderíamos classificar a mudança nos parâmetros de políticas públicas ligadas aos modelos de desenvolvimento tradicional como quebra de paradigmas? Altvater (1999, p.109) prefere classificar não como crise, porém rupturas de paradigmas:

“[...] são acontecimentos raros da ciência social. A adulteração de hipóteses é o contrário de uma crise e de uma mudança de paradigmas.

No entanto, o paradigma é mais que uma metodologia. Inclui conteúdos, isto é, afirmações sistemáticas sobre um assunto real e a vida real. Os entendimentos compartilhados facilitam a comunicação desses conteúdos dentro da “comunidade científica”. A ideia de adulteração nem sempre aparece, pois as descobertas científicas estão tão assimiladas que ninguém as coloca em questão. Consequentemente o princípio de adulteração é ele mesmo historicamente adulterado (Lakatos). Os paradigmas podem mudar porque o poder explicativo dos conceitos teóricos falha diante dos desafios históricos. De repente, eles passam a ser vistos como não convincentes, embora nenhuma hipótese produzida com base em certo paradigma teórico tenha sido adulterada. Na economia, este foi o destino do keynesianismo no início da década de 70, quando a “revolução neoliberal” (Milton Fredman) conquistou universidades, publicações científicas e populares e, por fim, o comitê de economia do Prêmio Nobel que, desde então, concedeu a maioria dos prêmios a economistas neoclássicos, com algumas exceções keynesianistas.”

O mesmo autor continua argumentando que nas ciências sociais respostas teoricamente satisfatórias e politicamente convincentes tiveram que ser dadas às questões colocadas pelo desenvolvimento social, econômico, político etc. Porém, para ele, falar de crise de paradigma nas ciências sociais soa como exagero. O autor vê um início de mudanças que o mundo vem experimentando, e que tem sido convincentemente trabalhadas dentro dos paradigmas das ciências sociais contemporâneas.

Tentamos entender com nesta pesquisa como as diferentes concepções e argumentos fundados por diferentes formas de se enxergar o objeto (fenômeno), concepções estas que variam durante o tempo, influenciam diretamente na forma como a sociedade se organiza e consequentemente se urbaniza. Soja (1982) nos mostra que quando entendemos a ação dialética do capitalismo percebemos que é recíproca e que a sua espacialidade é revelada como terreno socialmente construído da acumulação capitalista e da luta de classes, a estrutura material e

dinâmica para a existência e a reprodução dos modos de produção. O autor acredita que este processo se desenvolve de forma constante, mas irregularmente, capaz de ser reconstruído ainda não completamente livre dos legados do terreno passado, para ele a espacialidade é social e historicamente produzida e tomada pela política e ideologia. O autor ainda continua afirmando que em sua verdadeira materialização, contudo, a espacialidade é um produtor e reproduzidor das relações sociais. Assim, o desenvolvimento histórico do capitalismo pode ser visto como uma revelação sucessiva de espacialidades periodizadas de acordo com concretizações particulares do processo de trabalho, da valorização e desvalorização do capital, e das lutas políticas concomitantes entre e no interior das classes sociais (como um desenvolvimento desigual no espaço e no tempo). Neste sentido é necessário estabelecer as mudanças sociais que, por conseguinte foram afetadas pelo processo de ruptura dos paradigmas positivista. Assim é necessário que relacionarmos essa quebra à produção.

Mattos (2011, p.3) realiza uma distinção entre as principais características do *taylorismo fordista* e a acumulação flexível; para a autora o capitalismo fordista com base no taylorismo se caracteriza pelo:

“[...] “os princípios da administração científica”, de Frederick Winston Taylor, que um novo padrão de gestão e organização do trabalho, o “taylorismo”, passa a constituir um dos pilares do capitalismo denominado fordista. O “taylorismo” ou “administração científica do trabalho” ou “o método para aumentar a produtividade do trabalho” surgiu nos albores do século XX, período em que o conhecimento científico se tornou mais decisivo no desenvolvimento de diversas áreas da produção industrial (mecânica, elétrica, química, metalúrgica, construção naval, dentre outras). É um método que separa o trabalho manual do intelectual, fragmentando as tarefas, o que acarreta um grande crescimento da sua produtividade assim como a perda da capacidade criadora do trabalhador, tornando-o um operador de máquinas sob um controle hierárquico do seu trabalho.”

A autora continua afirmando que, a acumulação capitalista, de cunho fordista, engendrou novas formas de realização, através de mecanismos e formas institucionalizadas de “ajustes” e de condições do uso social da produção, cabendo ao Estado regular a economia e preservar o bem-estar dos “cidadãos”, um período de intensificação de associações sindicais na luta por direitos e melhores condições de trabalho, onde ocorre considerável melhoramento também em instituições de ensino e saúde, assim como grande investimento em infra-estrutura

urbana e industrial. O Estado assumiu o papel de grande articulador do pacto fordista, tornando-se o seu principal financiador. Com responsabilidade ativa no controle da conjuntura econômica, direciona investimentos em infraestrutura e em setores vitais para a produção e o consumo de massa, articulando mecanismos de cobertura social e de poder de intervenção direta e indireta no pacto entre o trabalho e o capital. É a construção do *american way of life*, simbolizando um modelo de desenvolvimento gerador de novos padrões de renda, consumo e qualidade de vida, uma forma de reprodução e realização social.

Essa forma de reprodução e realização social é bem característica na cidade de Nova Friburgo. Cidade que já apresentava características ligadas a estruturas fordistas desde o final do século XIX, características estas construídas socialmente a partir do processo de colonização da cidade e sua “tradição” voltada para o trabalho industrial. Mas essas características vêm mudando, como estamos tentando mostrar no desenvolvimento deste trabalho. Características ligadas às estruturas fordistas, como grandes fábricas, trabalho segmentado, linhas de produção vêm mudando e dando lugar a uma nova forma de organização. A acumulação flexível aparece como uma nova forma de produção em que empresas necessitam se adequar conforme Mattos (2011, p.5) afirma:

“O paradigma tecnológico que se impôs contribuiu para alterar as relações inter e intraempresas, mudando a natureza da desverticalização produtiva que passa da busca da redução dos preços relativos de produtos para mercados de massa, para uma desintegração voltada para a produtividade por diversidade, qualidade e rapidez, possibilitando maior participação de pequenas e médias empresas, além da linha de montagem reestruturada, na lógica da acumulação flexível. A desintegração produtiva, nesses marcos, se constituiu em estratégia de crescimento econômico baseada na transferência de setores antes verticalizados para outras empresas, criando vantagens competitivas ancoradas em procedimentos mais dinâmicos de gestão e organização, como integração por redes de comunicação, capacidade de inovação e maior agilidade frente às mudanças de mercado, além de precarizar as relações de trabalho dos “Trinta Anos de Ouro”.”

Ao mesmo tempo, Mattos (2011) nos mostra que a quebra da rigidez estrutural fordista possibilita uma nova fluidez espacial, isto é, um relativo grau de liberdade, de “flexibilização”, de reorganização da produção e da circulação, proporcionando novas ou recuperando “velhas territorialidades”. A autora afirma que essa nova estruturação tem como resultado, o surgimento e valorização de novas formas de aglomeração espacial que derivaram uma nova divisão regional

do trabalho, destacando aquelas identificadas como complexos científicos-produtivos, denominados na literatura como tecnopolos, centros de inovação, parques científicos, entre outros. Outras formas de aglomeração espacial, bastante distintas das anteriores, são as chamadas áreas-sistema ou distritos industriais (como por exemplo, o polo em que está situada a cidade de Nova Friburgo), constituídas por um conjunto de empresas concentradas territorialmente, com baixo volume de capital fixo, forte fragmentação do processo de trabalho e voltado para um mercado bastante diversificado. São pequenas e médias empresas fortemente integradas através de formas específicas de coordenação e de organização da produção. Esses espaços produtivos são identificados com os “distritos *marshallianos*” (MATTOS, 2011) cujas vantagens frente às grandes escalas de produção decorrem da agregação territorial de pequenas empresas especializadas e com produção diversificada, constituindo um único mercado de trabalho local e envolvido por um “espírito de iniciativa empreendedor”.

Para a mesma autora (2011) o interesse por tais estudos (voltados para a o saber fazer, aproveitando aquilo que alguns estudiosos definem como “potencialidades”) chama a atenção para o fato de que, as condições que favoreceriam a industrialização de pequena escala estão ancoradas em estruturas baseadas em relações de familiaridade, etnicidade ou religiosidade, e as mesmas, eram consideradas como obstáculos para o surgimento e expansão da produção moderna, e conseqüentemente obstáculos ao processo de modernização e desenvolvimento, isto é, de cunho fordista, dentro da estrutura de pensamento positivo, progressista e linear. Porém, na contemporaneidade, essas características parecem constituir “vantagens” para a geração de formas propulsoras de um desenvolvimento localizado e territorializado, voltado para o gerenciamento local a partir de governanças e associações. Mattos (2011, p. 23) mostra como o espaço de produção de moda íntima muda a sua lógica reprodutiva com o objetivo de se adequar aos parâmetros “impostos” pela nova configuração do capitalismo global:

“O crescimento do espaço da moda íntima modificou a lógica reprodutiva local na medida em que, a tradição fabril, até então, era constituída de tempos forjados pela lógica taylorista/fordista, portanto mais longos e repetitivos, nos quais se inseria a produção, valores de uso tornados mercadorias para compor a reprodução societária. Seu acelerado crescimento, além de expressar as conseqüências dos antagonismos estruturais vividos pelo capital em momento de

“crise”, o desemprego, decorreu, de fato, de sua própria lógica expansionista que modifica a relação do tempo de uso social.”

A autora continua relatando que com o desenvolvimento deste processo os meios de produção são convertidos em capital, o seu contínuo avanço não é mais para atender as necessidades da reprodução cotidiana da vida humana, mas para converter-se de novo em capital, com a intensificação do processo de expropriação, em um ciclo de auto reprodução ampliada, em que os ganhos de produtividade sempre alteram o padrão de consumo, assim como a maneira pela qual são empregados, tanto os bens a serem consumidos, como os instrumentos com os quais são produzidos. Assim, acredita, que esse movimento modifica o tempo de uso das mercadorias (a taxa decrescente de utilização dos bens e serviços socialmente produzidos), alterando a proporção variável da atividade produtiva dos bens consumidos mais imediatos, aqueles com um ciclo de vida mais duradouro assim como dos equipamentos empregados. Mattos (2011, p.24) ainda afirma que a expansão dos mecanismos ligados a acumulação flexível,

“[...] a expansão e (des)(re)construção do capital, acelera a taxa decrescente de uso pois as mudanças intra e interempresas, com a adoção de tecnologias informacionais, a expansão de relações terceirizadas e subcontratadas proporcionam uma maior diversidade de produtos e serviços em tempos cada vez mais reduzidos e de menor custo do trabalho. Formas não tão modernas, mas bastante precárias, como o trabalho em domicílio, também fazem parte dessa racionalidade e são essas relações de produção que, majoritariamente, constituem o espaço de moda íntima do bairro de Olaria.”

Mattos (2011) tem como objeto empírico de sua pesquisa o bairro de Olaria em Nova Friburgo. Consideramos este bairro como o lugar da cidade em que essas características são mais encontradas, e por isso mais evidentes, porém isso não significa que esses processos não aconteçam em outros lugares, muito pelo contrário, podemos generalizar esse processo para locais de produção de moda íntima em bairros como Conselheiro Paulino, localidades do centro de Nova Friburgo, Córrego d’Antas e até mesmo áreas com aspecto rural e consideradas, assim, pelas políticas municipais. A autora constata algumas características desse processo no espaço do bairro de Olaria, observando que o conjunto das “empresas”, de fato, lojas de confecções, trabalham com uma imensa diversidade de peças que se diferenciam nos detalhes, na qualidade, evidenciando a desigualdade existente em seu interior, pois ao lado de lojas mais sofisticadas, espalham-se aquelas mais populares enfileiradas pelos cantos das ladeiras,

oferecendo produtos mais baratos. Acredita, ainda, que a característica fragmentada do processo de produção da cidade tem sua origem na aprendizagem e habilidade do trabalho que é essencialmente feminino, de mulheres que cresceram tecendo a história fabril do lugar, características que são apropriadas e aproveitadas pelos detentores dos meios de produção como objetivo de aumentar a mais-valia.

A autora conclui seu artigo afirmando que o espaço da indústria de moda íntima (especificamente do bairro de Olaria em Nova Friburgo) é reproduzido pelas relações de trabalho predominantemente feminino, bastante intensivo, não só através do prolongamento da jornada como também da participação de membros da família (pois muitas vezes as confecções tem como lugar de produção a casa) e com remuneração muito baixa, conseqüentes de sua participação à circuitos inferiores da economia local (informalidade), devido ao fato da maioria das lojas terceirizarem a sua produção. É uma multiplicidade de espaços, ora das representações racionais do percebido muito mais do que o concebido, ora oculto, envolvido pelo vivido. Por fim, Mattos (2011, p.28) conclui que:

“O bairro de Olaria é um espaço apropriado pelo uso, pelo cotidiano, pelo imaginário, mas, também, pela produção da mercadoria que lhe impõe uma divisão do trabalho que ora se reproduz nas representações da racionalidade, ora se acoberta no uso, tornando-o um território híbrido, múltiplo, apropriado tanto pelas forças do oculto, do ilegal uso do produtor de mercadorias, como pelo capital que se representa na estrutura, nas lojas-fábrica, nos símbolos, nas imagens de um uso íntimo que virou moda.”

Neste processo observamos que o capitalismo, como sempre o fez nos últimos anos, aperfeiçoou e apurou seus instrumentos de ação, aprendeu ainda a mobilizar as heterogeneidades e diversidades (forças sociais, históricas, culturas e geografias), que eram vistas como dispersas, porém ele estabelece coerência Brandão (2003). Neste sentido, o capitalismo refinou a capacidade de ser transescalar, isto é, utilizar a escala nacional, regionais e locais em seu próprio benefício, ou seja, o ganho rápido e sem constrangimento. O autor acredita que se há ao mesmo tempo do melhoramento da ação do sistema, é preciso que quem se preocupe em melhora-lo e transforma-lo, deva fazer o mesmo: aprimorar a sua capacidade de promover ações em diversas escalas, indo desde a governança, à população e ao poder local. Neste contexto as ações políticas devem ser mais

ágeis, potentes e sistemáticas e devem ser empreendidas simultaneamente em várias direções escalares. Ele ainda acredita que um dos caminhos seja o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem para engendrar uma nova forma de ação rompendo as visões compartimentadas e as falsas dicotomias: entre o econômico e o político; o político e o social; entre a produção e cidadania; e assim por diante.

Talvez, o que nos parece a falha mais grave, em última instância da literatura a respeito do desenvolvimento local e regional, seria a negligência total da questão fundamental da hegemonia e poder política. Também a incapacidade destes estudiosos de reconhecer as diversas escalas de ação dos sujeitos e de políticas públicas. Nesse sentido, acompanhamos (Brandão 2001) e temos como inspiração as concepções gramscianas, pois devemos pesquisar os processos assimétricos em que um agente privilegiado (centro de decisões) detém o poder de ditar, redesenhar, delimitar e negar o domínio de ação e raio de manobra de os demais. É preciso ter clareza que somente o ser hegemônico tem real poder de iniciativa, de “endogenia de desenvolvimento” de regulação e administração de limites e de possibilidades para si e para os outros. Só o poder hegemônico tem a real capacidade de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, além disso, é portador do novo (domínio da tecnologia e do conhecimento). Dada uma certa relação de forças, posta em determinado tempo-espaço, é preciso perscrutar a força coerciva, os níveis e o grau de “consentimento” para o domínio e exercício de um determinado “bloco histórico”. Dessa forma, a afirmação enquanto núcleo hegemônico pressupõe algum grau de autonomia reprodutiva, de capacidade inovativa (em contraponto aos “outros”, os subordinados) e de direção persuasiva política e ideológica sobre o conjunto, exercida no interior de uma determinada aliança (Brandão, 2001).

Por pressuposto, o neoliberalismo é entendido como uma teoria econômica, porém na realidade durante esta pesquisa pretendemos desconstruir essa visão, o compreendendo como um discurso hegemônico de modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e valores da sociedade liberal e moderna no que diz em respeito ao homem, ao cotidiano, à riqueza, à natureza, à história, ao processo, ao conhecimento, e àquilo que estes

pressupostos definem como à boa vida (LANDER, 2000, p.21). A expansão do modelo de desenvolvimento local no Brasil e no mundo é o exemplo empírico da expansão das políticas neoliberais no presente e a cidade de Nova Friburgo torna-se nesse sentido um arquétipo da expansão destes pressupostos. O mesmo autor defende a ideia que essas concepções (relacionados aos saberes modernos) se espalham pelo globo, pois elas possuem algumas dimensões constitutivas que contribuem para a sua eficácia neutralizadora,

“Trata-se de duas dimensões de origens históricas distintas, que só adquirem a sua atual potência neutralizadora pela via da sua estreita imbricação. A primeira refere-se a sucessivas separações ou *participações* do mundo “real” que se são historicamente na sociedade ocidental e as formas como se vai construindo o conhecimento sobre as bases desse processo de sucessivas separações. A segunda dimensão é a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder, especialmente as relações *coloniais/imperiais de poder* constitutivas do mundo moderno. Essas duas dimensões servem de sustento sólido a uma construção discursiva neutralizadora das ciências sociais e dos saberes sociais modernos.” (LANDER, 2000, p.23)

Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. Ao se construir a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade altamente excludente. Talvez tenha sido este processo que contribuiu significativamente para a forma de urbanização de países periféricos e colonizados, como o caso do Brasil. A forma de urbanização e as materialidades que aqui foram construídas são similares aos modelos e formas que eram adotadas pelo arquétipo civilizatório europeu, e mais contemporaneamente norte americano. Mas a urbanização e as materialidades não são as únicas coisas que sofrem influência desses modelos civilizatórios, as práticas espaciais também são reproduzidas nas periferias do mundo capitalista. Este universalismo é encontrado na filosofia e na história. Hegel reproduz esse processo sistemático de exclusões. Para o filósofo, a história universal das sociedades é como o espírito universal do homem. Porém, do espírito universal não participam todos os povos.

“Já que a história é a figura do espírito em forma de acontecer, da realidade natural imediata, então os momentos do desenvolvimento são existentes como princípios naturais imediatos, e estes, porque são naturais, são como uma

pluralidade fora de outra e, ademais, de modo em tal que um povo corresponde a um deles, é sua experiência geográfica e antropológica” (Hegel, 1976, p.334).

Lefebvre (2008) tem uma postura que concordamos em relação ao processo de crescimento e desenvolvimento. O autor nos mostra como o crescimento quantitativo da produção industrial (transformação da natureza primeira) produziu um fenômeno qualitativo que se traduz ele próprio, por uma nova problemática: a problemática urbana. E o urbano neste sentido é um continente que se descobre e que se explora em medida que ele é construído. A cidade de Nova Friburgo é um exemplo desse processo de construção da sociedade urbana, pois se encontra em um movimento perpétuo de transformação, e não somente a cidade porém o espaço como um todo. A cidade é um objeto espacial que ocupa um sítio, estabelecendo relações específicas entre os elementos naturais e aquilo que é construído pela sociedade a partir do trabalho. Lefebvre (1999) acredita que a sociedade urbana é aquela que nasce da industrialização (e expansão das concepções da modernidade e do capitalismo introduzindo novas formas de apropriação), absorvendo a sociedade agrícola a partir do desenvolvimento de técnicas que manipulam e se apropriam da natureza, transformando-a. As técnicas são acumuladas a partir do tempo, cada tempo gera uma paisagem diferenciada, a combinação dos fatores naturais mais o cumulo de tempos (materialidades construídas pelos homens) formam diferentes paisagens. A cidade de Nova Friburgo é um exemplo clássico de dois diferentes tempos. O primeiro ligado ao capitalismo fordista e o segundo ligado ao caráter do capitalismo em sua contemporaneidade, vinculado à flexibilização da produção e do trabalho.

4.3. Eixos de urbanização e regionalização em Nova Friburgo

A cidade de Nova Friburgo é complexa em inúmeros aspectos. Para concluirmos essa pesquisa é necessário que retomemos alguns aspectos que tornam esse lugar complexo em suas diversas particularidades, portanto iremos relacionar a cidade ao estado do Rio de Janeiro e como ela se configura e estabelece relações dentro dessa unidade da federação.

A cidade do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana ainda se constituem como segundo maior polo industrial e econômico do Brasil, apesar das perdas para o estado de São Paulo e pela interiorização dos investimentos industriais para outros estados do Brasil. Isso irá constituir uma forte expressão no que diz respeito às relações sócio-espaciais entre o interior do estado e a capital. Há forte contraste entre a região metropolitana e outras unidades espaciais no que se relaciona à qualidade de vida, atividades econômicas e distribuição de renda. Como nos mostra Rua (2002, p.47):

“O estado do Rio de Janeiro desponta como aquele que possui maior índice de população urbana do Brasil. São mais de 95% de habitantes considerados como urbanos. Assim, de um total de 13 406 379 habitantes, no Estado, 12 806 488 eram urbanos por residência em 1996.”

E ainda complementa Rua (2002, p.47):

“É preciso destacar o peso da área metropolitana que responde por 10 449 650 habitantes, 99,22% dos quais urbanos. A importância da AMRJ em relação ao interior fluminense é marcante, não somente em termos demográficos (extremamente significativos) mas nas dimensões política, cultural, comportamental, econômica onde o significado desta região urbana torna-se esmagador.”

Como podemos perceber, as diferenças entre a região metropolitana e o interior do estado do Rio de Janeiro são grandes. A região metropolitana concentra a maior parte da população do estado e a maior parte da população do estado está teoricamente concentrada em áreas urbanas. Porém, a cidade de Nova Friburgo se caracteriza diferentemente dos outros centros urbanos do estado do Rio de Janeiro, pois a mesma sempre concentrou atividade industrial. Claro que há um grande contraste entre a concentração e o caráter das atividades da cidade de Friburgo quando a comparamos com a capital fluminense. Essa concentração caracteriza todo o interior do estado, pois influencia intensamente na concentração de investimentos de políticas públicas. Há, em grande parte uma preferência política em estabelecer investimentos em infraestrutura, educação e saúde na metrópole do Rio de Janeiro, pois é nesta região aonde se concentram a maior parte da população e conseqüentemente a maior parte dos votos.

Diferentemente de São Paulo, o Rio de Janeiro nunca teve uma articulação efetiva com o seu interior, pois foi a capital federal durante muitos anos e

posteriormente tornou-se cidade do Rio de Janeiro e capital do estado da Guanabara, o que isolava a cidade do Rio politicamente do interior. Com a unificação em 1975 do estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro (que tinha como capital Niterói) se via “obrigado” a administrar um território que desconhecia. Ao mesmo tempo há um declínio da região metropolitana do Rio de Janeiro acompanhada da industrialização do interior do Brasil. A partir da década de 1980, vem sendo articulada uma nova configuração territorial, resultado da crise dos Estados de bem estar social Europeus e Norte Americano. Isso resultou na globalização das ideias neoliberais pelo mundo, que se manifestam particularmente no Brasil com a constituição de 1988. Ela deu mais poder ao município, possibilitou inúmeros processos de emancipação, e deu ao poder local maior liberdade e possibilidade de se articular diretamente com a escala global em busca de investimentos indeliberadamente da gestão do Estado federal. Nesse período vemos uma descentralização do Estado, há a descentralização de políticas públicas e uma nova gestão municipal e uma política de privatizações no setor produtivo estatal.

Porém, algo resultante da relativa distância política entre a cidade do Rio de Janeiro, sua região metropolitana imediata e o restante do estado do Rio foi a construção política de centralidades no interior do estado. A cidade de Nova Friburgo desde muito cedo em sua história torna-se um centro político e econômico no interior do estado, capitalizando centros de pesquisa, como a antiga Fundação Getúlio Vargas, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade de Fonoaudiologia de Nova Friburgo, hoje com diversos cursos da Universidade Federal Fluminense. A cidade também concentrava vários serviços, hospitalares, médicos, ligados à indústria do lazer e principalmente um grande centro industrial e principal ponto de parada da ferrovia que ligava o Rio de Janeiro à Minas Gerais no interior do estado. A cidade inclusive torna-se mais importante política e economicamente do que Cantagalo (cidade mais antiga de onde Nova Friburgo havia se emancipado). A centralidade da cidade é observada em toda Região Centro Norte Fluminense, incluindo até mesmo Cachoeiras de Macacu na baixada litorânea. Porém, ainda assim, os contrastes entre a região metropolitana do Rio de Janeiro e seu interior são abissais, tanto em termos populacionais como em concentração industrial e de serviços, e principalmente

em relação aos investimentos públicos por parte do Estado, os quais privilegiam obras de infraestrutura na Região Metropolitana, pois é o lugar em que se concentra a maior parte do eleitorado.

Rua (2002) nos mostra que apesar de prevalecer a projeção da metrópole carioca alguns “eixos de urbanização” se configuram e são intensificados pela metrópole em todo o estado. O autor ainda ressalta que esses eixos se delineiam a partir de um determinado padrão caracterizado principalmente, por elevados índices de população urbana, em que percebemos uma urbanização mais intensa baseado em um movimento de difusão de urbanidades, Rua (2002, p.48):

Mapa 4: Principais Eixos de Urbanização do Estado do Rio de Janeiro



Um destes eixos nos é de extrema importância para este trabalho, definindo por Rua (2002) como “topo da serra”. Nosso objetivo não é analisar o processo que acontece neste eixo como um todo, porém a área que atravessa o município e especialmente a cidade de Nova Friburgo. Este eixo de urbanização se manifesta ao longo da RJ-130 (que liga Nova Friburgo à Teresópolis) esta

região é a área de expansão e urbanização principal da cidade de Nova Friburgo e atravessa bairros que foram afetados intensamente pelos deslizamentos e desmoronamentos de janeiro de 2011, como o bairro de Córrego d'antas. Acreditamos que a forma de urbanização dos últimos vinte anos, que possui por característica padrões metropolitanos, tenha influenciado fortemente no agravamento dos desastres. Pois, o que podemos observar empiricamente nesta região em especial é que espacialmente possuía um padrão diferente em relação ao resto da cidade. O que observamos é que o padrão de ocupação do solo nesta área de expansão é geralmente caracterizado pela autoconstrução e a relativa falta de infraestrutura urbana. Também há nesta região uma expansão de indústrias como a cervejaria Cristal, distribuidora da Perdigão, Empresa de Energia de Nova Friburgo, entre outras. A migração de indústrias para essa região intensifica e acelera a ocupação que não possuindo formas de controle do poder público municipal, o que gera graves problemas sociais e ambientais, como a ocupação de áreas de risco, desmatamento e falta de saneamento básico.

Rua (2002) relata que este eixo é bastante interessante pelas suas especificidades, resalta que possui algumas descontinuidades, pois ele se desenvolve pelo interior da escarpa da Serra do Mar, indo de Rio Claro até Cantagalo¹⁰; mas a área que nos interessa é a que passa pelo município de Nova Friburgo, mais especificamente quando atravessa a cidade, em que podemos citar os bairros de Duas Barras, o distrito de Conselheiro Paulino e o de distrito de Riograndina. O autor ainda destaca que esta região é marcada por um acelerado processo de transformação devido ao impacto do turismo e veraneio, atividades já tradicionais na área, coexistindo com forte atividade agrícola e agroindustrial, grande atividade industrial, além de pequenos centros urbanos populacionais, no caso específico, aqueles que compreendem a parte do eixo da cidade de Nova Friburgo. O autor destaca a grande participação de atividades industriais (principalmente moda íntima, confecções e movelaria) que marca o mercado de trabalho urbano e rural.

¹⁰ O eixo em questão ainda passa pelos municípios de Pirai, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendez, Miguél Pereira, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim, se encaminhando para Cantagalo.

Um dos processos mais marcantes nesta região é o processo de urbanização de comportamento (mais um aspecto das “urbanidades”) que sobrepõe o processo de urbanização efetiva, principalmente nos locais que correspondem os centros mais dinâmicos deste eixo como Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis e Cantagalo. Rua (2002) afirma que as transformações das práticas espaciais das populações dessas áreas são dramáticas por conta dos fluxos de veranistas, turistas e estudantes universitários, que, se por um lado trazem alternativas de sobrevivência (precária em muitos casos), por outro provocam novos problemas com os quais as populações locais têm de lidar, como prostituição, “farofeiros”, violência, tráfico de drogas, roubos e furtos¹¹.

Rua (2002) elabora alguns aspectos que devem ser lembrados quando falamos de urbanização relacionada à difusão de urbanidades, pois acreditamos que seja importante ressaltar esses aspectos, diante de grande parte do eixo de expansão da cidade de Nova Friburgo aí se encontra, além de serem áreas afetadas por intensos deslizamentos. Os aspectos da urbanização estão relacionados às múltiplas formas de trabalho à domicílio (ligados à indústria de confecções), que ocorrem integradas à expansão das indústrias, principalmente têxteis, de confecções e alimentos, que alteram fortemente a anterior composição de renda doméstica ligada às atividades rurais. Essas relações vinculam as famílias camponesas ao capitalismo industrial e, portanto, à lógica de produção e consumo urbanos. Se somarmos a esta nova forma de trabalho a domicílio aos deslocamentos espaciais cotidianos de segmentos populacionais na busca de trabalhos ligados às atividades turísticas, de construção civil e serviços diversificados, teremos um novo quadro na “urbanização” de uma importante parcela da população fluminense e da cidade de Nova Friburgo, não importando a localização de suas residências.

O mesmo autor ainda considera as industriais e as grandes obras estatais ou privadas como um importante fator para o deslocamento e fixação de trabalhadores e suas famílias nas áreas em que estes projetos se encontram. Mesmo após o término das obras ou até mesmo com o fechamento ou término das fábricas ou usinas, tais aglomerados de trabalhadores se mantêm, constituindo-se

¹¹ O autor ainda enfatiza que ao longo da rodovia Teresópolis-Friburgo, a densidade é muito elevada, mas se dilui quando utilizamos a base municipal para análise.

como bolsões de mão de obra direcionados para as mais diversas atividades (industrial, agrícolas e serviços), indiferenciadamente urbanos ou rurais, abrangendo pequenos agricultores, obras eventuais das prefeituras, atividades plurifuncionais (trabalhadores que trabalham meio período em atividades agrícolas e meio período em atividades urbanas).

Uma das formas de conseguirmos identificar as intenções dos agentes capitalistas na produção e desenvolvimento do espaço de acordo com os seus interesses é a partir do processo de regionalização. Os agentes regionalizadores são de extrema importância para as políticas públicas de desenvolvimento. Na cidade de Friburgo um dos mais influentes é a FIRJAN. Esta instituição representa a classe industrial fluminense nas esferas regional e nacional, congregando os interesses dos sindicatos a ela filiados. É uma prestadora de serviços às empresas, atuando como fórum de debates e de gestão da informação para o crescimento econômico e social do estado, não possuindo capital público. Porém, é a partir de muitos estudos que o próprio Estado delega à instituição que muitos programas de desenvolvimento são aplicados. Uma das formas de regionalização que a FIRJAN define é a seguinte, retirado de Oliveira (2008, p.9):

Mapa 5 Regiões Econômicas do Estado do Rio de Janeiro segundo a FIRJAN



É perceptível que nesta forma de regionalização que o município de Nova Friburgo faz parte da Região Serrana com economia diversificada. Esta classificação parte do pressuposto que toda essa região possui centros industriais e de serviços dinâmicos, como a cidade de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, porém também é importante ressaltar que a instituição está reconhecendo outros fatores que podem gerar riquezas e devem ser exploradas pelos capitalistas nesta região, tais como, o turismo rural e ecológico e a agricultura. Durante um grande período esse conceito foi de extrema importância para a ciência geográfica, porém ele esteve vinculado a uma característica da geografia tradicional e física, como espécie de generalização de paisagens. Então no que se consiste o conceito de região? Castro, (2003, p.92) diz que:

O conceito de região tem a sua origem associada a atividades administrativas, para a melhor arrecadação de impostos e uma melhor gestão (e controle) do espaço. Ao prorrogarmos a história da Geografia, observa-se como este conceito foi imbuído de significados diferentes. A Geografia hoje, denominada como Tradicional, tinha na região o seu conceito-chave que buscava dar legitimidade à ciência.

Após o período da Geografia Tradicional, em que o conceito de Região era um conceito-chave na ciência geográfica, esse conceito foi parcialmente ignorado pela Geografia Crítica. Após a década de 80 vêm surgindo na geografia questões a cerca da identidade e subjetividade, advindas da fenomenologia. Não cabe aqui, fazer nenhuma consideração acerca de qual seria a corrente que melhor define o conceito de região. Porém a visão marxista incorpora à questão do desenvolvimento do capitalismo, que se expressa espacialmente de forma desigual e combinado. Sendo assim, as relações com os espaços e os conflitos neles travados, acabam por criar uma identidade da população com o espaço, a qual não pode ser ignorada na delimitação de uma região. Porém devemos entender a visão de Castro (2003, p. 93):

A região acaba por ser o que se quer como região, dependendo dos critérios a serem escolhidos, ou mesmo dos interesses pessoais de governo que possam receber maiores benefícios, com a inserção em outra região.

O que se faz necessário para o entendimento é que o conceito de região está em função do agente regionalizador. Esse pode dar à região uma vocação que ele decide e que melhor se “enquadra” em seu projeto de desenvolvimento. É

como atribuir uma vocação, dar ao espaço algo que é inato e não socialmente construído. Santos (1992, p.25) mostra-nos que o espaço é uma sucessão interminável de formas e conteúdos e a intencionalidade é fundamental para entender os processos que fundem o objeto e as ações. Torna-se visível aqui, que a intencionalidade que predomina nos modelos de gestão do território atualmente está vinculada ao capital, e não ao desenvolvimento espacial efetivamente.

Os agentes regionalizadores se fundam a partir da singularidade e tradição das regiões para se criar a base em que se fundam argumentos para programar as políticas de arranjos produtivos locais. Porém, ao mesmo tempo em que essas políticas podem detectar potencialidades e gerar desenvolvimentos elas também podem ser generalizadoras. Em Nova Friburgo essas políticas desarticularam atividades tão tradicionais quanto a moda íntima, porém a última recebeu mais atenção dos projetos governamentais nos últimos vinte anos. Essas políticas também aumentam significativamente a urbanização desigual do espaço na cidade, o que gera desequilíbrios ambientais e desigualdade social. O direito a cidade é vivido de forma desigual, pois as infraestruturas são irregularmente edificadas e conseqüentemente desigualmente apropriadas no desenrolar da vida cotidiana.

Estas desigualdades geram impactos reais, pois as áreas afetadas por deslizamentos e desmoronamentos também são desiguais e principalmente a recuperação dessas áreas é díspar. Nova Friburgo foi afetada de diversas maneiras pelas enchentes de 2011. Impactos mais significativos foram sentidos pela indústria e pelos serviços, principalmente comércio e turismo. Entramos em contato com alguns comerciantes, gerentes de hotel e hotel-fazenda, industriais e com transportadores. Foram realizadas entrevistas abertas com o objetivo de avaliar os principais empecilhos causados pelas chuvas e como se deu a recuperação ou estagnação econômica.

Em geral, todos os capitalistas, sendo eles, pequenos burgueses, pequenos industriais, donos de comércio, hotel, etc tiveram sérios prejuízos durante o ano de 2011. Em geral o ramo mais afetado foi o de moda íntima, muitas pequenas indústrias deste segmento estão estabelecidas em bairros que foram muito atingidos pelos deslizamentos, entre eles Conselheiro Paulino, Duas Barras e

Córrego D'Antas, porém muitas empresas possuem sua planta industrial em Olaria, localidade pouco atingida pelas chuvas, o que ajudou o setor a se manter como principal fonte de renda municipal durante o período de crise. Nas entrevistas realizadas em dezembro de 2013 percebemos uma recuperação importante deste setor, através de incentivos e iniciativas aos pequenos industriais de moda íntima por parte de instituições como o SEBRAE e a FIRJAN. Alguns industriais nos disseram em entrevista que ainda não conseguiram recuperar os prejuízos de 2011, mas a produção vem aumentando gradativamente, e eles se mostrando otimistas e acreditam que no próximo ano já obtenham lucros iguais ou maiores aos que obtinham antes das enchentes.

Outro setor que foi afetado largamente foi o setor terciário, não ligados aos serviços em geral (médico ou educação), porém ligados ao comércio e ao turismo. Segundo relatos de proprietários de hotéis da cidade o setor de turismo foi amplamente afetado em 2011, havendo relativa recuperação em 2012, e em 2013 os proprietários relataram um bom desempenho, porém os mesmo ainda acreditam que o setor na cidade se encontra em estagnação comparando com os últimos 20 anos. Em relação ao comércio, muitos proprietários de loja relataram grande prejuízo em 2011, porém houve recuperação, os mais afetados foram àqueles desprovidos de seguro, porém, no que consta a venda no ano de 2013, a grande maioria relatou recuperação em relação ao ano de 2011, assim como lucros do final do ano em 2013 foram maiores ou iguais aos anos anteriores. Outro setor que não relatou grande prejuízo foi o gastronômico. Friburgo nos últimos anos vem se configurando como um importante polo gastronômico da região, se especializando em pratos finos, trutas, cafés, culinária alemã, francesa e contemporânea grande, e parte dos proprietários relataram satisfação e bom desempenho deste setor na cidade, mesmo com os eventos de 2011.

Também entramos em contato com o proprietário da maior transportadora da cidade que relatou que em relação à entrega e distribuição houve um impacto grande nos seis primeiros meses após os desastres de 2011, porém após este período, ocorreu boa recuperação, não afetando seus negócios, tendo até maiores lucros no ano de 2013 comparando-os aos anos anteriores aos trágicos eventos ocorridos. Isso nos faz pensar que apesar dos desastres houve uma relativa

recuperação na produção e no consumo, o que não deixa de lado os grandes prejuízos econômicos, ambientais, sociais e afetivos, o que afeta intensamente o vivido desconstruindo parte do cotidiano.

Uma das nossas maiores críticas às políticas públicas que foram adotadas para a cidade e para a região de Nova Friburgo nos últimos 20 anos está diretamente relacionada à especialização da produção em moda íntima na cidade. Acreditamos que este ramo seja essencial para se gerar capital e igualdade social, porém segundo a nossa pesquisa a política de APL's (arranjos produtivos locais) prioriza certo setor da economia e conseqüentemente deixa de lado setores que foram importantes para a economia local durante muitos anos. O setor metal-mecânica foi na cidade importante e extremamente relevante, gerando grande capital, inclusive Friburgo foi um centro tecnológico associado à faculdade de engenharia mecânica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A fábrica Tinken foi responsável pela produção das barras de direção dos carros da Volkswagen, hoje a mesma fábrica produz agulhas para indústria de confecções. Sendo assim, acreditamos que a cidade foi caracterizada por possuir uma indústria dinâmica, com uma economia forte e variada, hoje não o é mais. A política de especialização desarticula outros ramos industriais, particularizando o espaço em uma única forma de produção. As únicas indústrias que conseguiram manter seu padrão tecnológico e articulação em escala nacional foram a Haga e a Stam, ambas produtoras de chaves e fechaduras.

Acreditamos que uma das formas de gerar capital com diferentes indústrias na cidade pode ajudar na distribuição igualitária do capital local, seja investir em diversos ramos da indústria, aproveitar as sedes universitárias da UERJ e UFF, e acumular o conhecimento a produção, tentando criar um polo tecnológico. Desenvolver tecnologia e investir em diferentes ramos da indústria pode ser uma possibilidade para gerar desenvolvimento espacial, econômico e social. Aproveitar os polos universitários e as infraestruturas já existentes na cidade é de extrema importância para o desenvolvimento social da cidade e para tira-la do atraso econômico e tecnológico em que se encontra, não apenas Nova Friburgo, porém todo o interior do Rio de Janeiro quando o comparamos com a capital.

Outra forma de estimular o desenvolvimento socioespacial na cidade seria o investimento em diferentes ramos da economia. Acreditamos que a agricultura urbana e a apicultura podem ser soluções para se gerar renda em solos urbanos na cidade. Muitos espaços da cidade de Friburgo estão repletos de monocultura de eucaliptos, acreditamos que esses locais sejam áreas de reserva de valor para a especulação urbana e enquanto essas áreas se valorizam seus proprietários desfrutam de algum tipo de renda; e segundo, a lógica positivista e economicista a monocultura de eucaliptos é umas das soluções mais rentáveis. Porém, acreditamos que existem outras formas de se tirar lucratividade destes espaços que causam menos impacto aos ambientes naturais.

Deslizamentos como os da Rua Cristina Ziede, no centro da cidade de Nova Friburgo, podem ter sido intensificados por este tipo de exploração econômica do solo. Eucaliptos são árvores que possuem raízes bivotantes, característica de plantas de ambiente seco e subtropical, como o sul do continente Australiano. Tais raízes são adaptadas para injetar grande quantidade de água no solo, justamente para criar uma reserva para as estações secas. Estas características em um ambiente tropical podem causar graves implicações ambientais, pois os solos destas regiões, como Nova Friburgo, já são bem encharcados. Assim, a monocultura destas espécies pode fazer com que as moléculas que compõem o solo fiquem mais separadas umas das outras, pela menor densidade causada pela abundância de água, fazendo com que a força gravitacional exerça maior ação nas encostas, o que intensifica os deslizamentos. Por isso, temos em vista que outros tipos de atividades econômicas podem ser menos impactantes ao ambiente local, tomamos como exemplo a agricultura urbana, o extrativismo florestal e a apicultura, entre outras atividades que podem ser desenvolvidas sem retirar a camada florestal original.

Outros ramos de atividades econômicas que deveriam ser ponto focal das políticas públicas no município é o turismo e a gastronomia. Poderia existir maior estímulo por parte da política pública para incentivar o turismo na cidade Nova Friburgo é a segunda cidade do estado do Rio de Janeiro em número de leitos em hotéis, perdendo apenas para a capital. A cidade também possui grandes atrativos urbanos e naturais, os quais poderiam ser mais explorados e conservados. A

gastronomia é outro fator de atração para o turismo, a cidade possui curso de graduação e uma diversificada gama de restaurantes, investimentos neste segmento econômico pode tornar a cidade em um grande polo gastronômico na região.

Outro elemento que deve ser levado em consideração é a cultura. Existem vários espaços na cidade para realização de shows, peças teatrais, concertos, entre outros. Há na cidade a única universidade de música no estado fora da capital, além de diversos teatros subutilizados. Deveria existir maior investimento em políticas públicas nestas áreas, como o Corredor Cultural, espaço destinado à cultura no centro da cidade, situado na Praça do Suspiro, importante ponto turístico, em que se localiza o teleférico (destruído nos deslizamentos). Lá existem casas dos colonizadores da cidade, um anfiteatro e um teatro que estão abandonados desde os deslizamentos de 2011. O atual secretário de cultura da cidade foi secretário da saúde no governo anterior, o que demonstra claramente que este é um cargo político e que este, o secretário, talvez não tenha nenhum tipo de formação cultural e não esteja apto a desempenhar tal cargo.

Pensando na relação entre o processo de urbanização e o sítio físico que este processo tem como palco, a configuração territorial da cidade de Nova Friburgo, acreditamos que a cidade pode se tornar um centro de desenvolvimento de tecnologia de habitação voltada para ambientes tropicais com grandes processos intempéricos. Em associação com as universidades que já existem na cidade, poderia haver por parte das políticas públicas investimento em tecnologia e conhecimento para urbanização. Existem experiências alternativas na cidade que devem ser vistas e incentivadas pelas políticas de governo. O Instituto Pindorama é uma dessas iniciativas, é uma organização independente e sem fins lucrativos (ONG) com sua sede em Nova Friburgo – RJ registrada desde 2004. O instituto é um grupo de permacultores, arquitetos, agrônomos, pedagogos e voluntários dispostos a servir aqueles que buscam sustentabilidade em seus projetos. Buscam utilizar os recursos naturais de forma consciente, eficiente e sustentável, elaborando projetos de habitação sustentável. Acreditamos que este tipo de iniciativa pode ter a sua legitimidade aumentada se desenvolvermos projetos junto à centros de desenvolvimento de tecnologias e universidades, da mesma maneira

pensar, em diferentes formas de habitação menos impactantes aos ambientes tropicais.

Um aspecto que é necessário realizarmos uma crítica às políticas de Estado adotadas para Nova Friburgo quando a mesma foi considerada um arranjo produtivo local está vinculado ao fato de, estes arranjos serem baseados nos sistemas industriais locais italianos. Os SIL's, como são chamadas essas cidades localizadas no norte da Itália possuem como característica principal o desenvolvimento tecnológico vinculado à pesquisa. Porém, como a maioria das “adaptações” de modelos de desenvolvimento de nossos colonizadores, na cidade de Nova Friburgo não houve incentivo ao desenvolvimento de tecnologia de tecidos, de bojos para sutiã, ou rendas etc. Vemos somente o fator especialização da produção, porém ela continua tecnologicamente atrasada.

Podemos concluir que o processo de desenvolvimento desigual do espaço gera diversas disparidades na cidade e no espaço como um todo, que por sua vez podem vir a influenciar as áreas mais atingidas por processo intempéricos. Porém, sabemos que as chuvas na cidade de Friburgo foram intensas em uma pequena escala de tempo, afetando a cidade como um todo. Bairros mais pobres e menos urbanizados foram tão afetados quanto bairros ricos da cidade, mas o que observamos é que as políticas públicas para a recuperação e conservação das áreas impactadas foi maior em bairros nobres em comparação aos bairros mais carentes, o que corrobora com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (Harvey, 1976). Há a necessidade por parte da mídia e por parte das políticas públicas em observar mais as partes carentes de Nova Friburgo, para que haja um desenvolvimento socioespacial mais justo que aumente os direitos à vida na cidade. O problema das chuvas está relacionado a uma concepção social, econômica e histórica do processo de acumulação do capital, ou da expansão de territórios e apropriação pelo capitalismo da natureza.